



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

RELATÓRIO FINAL DO GRUPO DE TRABALHO DESTINADO A DISCUTIR A ESTRUTURA DE FISCALIZAÇÃO NA ÁREA NUCLEAR E APRESENTAR PROPOSTAS

COMPLEMENTAÇÃO DE VOTO

Em 21/03/06, após apresentar o Relatório Final do Grupo de Trabalho da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável Destinado a Discutir a Estrutura de Fiscalização na Área Nuclear e Apresentar Propostas apresentei as seguintes alterações ao texto:

Pag. 32.

Onde se lê: “A existência de concepções como estas tem servido de lastro para manutenção de uma política nuclear que se notabilizou no passado – e perdura no presente – por não dar importância à saúde humana e à qualidade do meio ambiente. Pior, os defensores desta política conseguem até descobrir no setor de saúde quem justifique as atitudes adotadas. Em outubro de 2005, por exemplo, a Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados promoveu audiência pública sobre contaminação dos trabalhadores expostos à radiações ionizantes. A CNEN foi chamada a se posicionar sobre o tema, e enviou como seu representante o médico NELSON VALVERDE, professor da Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Sua exposição, infelizmente, contrariou os mais elementares estudos sobre riscos à saúde para expostos à radiação ionizante. Ele, sintetizando a voz predominante no setor nuclear, primeiro tentou mostrar que os riscos da radioatividade são menores que o de outras atividades humanas.”

Substitua-se por: “A existência de concepções como estas tem servido de lastro para manutenção de uma política nuclear que se notabilizou no passado – e perdura no presente – por não dar importância à segurança, à saúde humana e à qualidade do meio ambiente.

Foi esta compreensão que tivemos quando da divulgação de estudos apresentados pelo médico NELSON VALVERDE, professor da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, em outubro de 2005, em audiência pública na Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, sobre contaminação dos trabalhadores expostos à radiações ionizantes. A CNEN foi chamada a se posicionar sobre o tema, e enviou como seu representante o referido médico. Na sua exposição, ele, mostrou slides em que os riscos da radioatividade são menores que o de outras atividades humanas.”

Pag. 33

1º parágrafo:

Onde se lê: “Seguindo esta mesma linha de santificação da radioatividade, VALVERDE apresentou um outro slide onde mostra que o álcool é mais perigoso que a energia nuclear.”

Substitua-se por: “Seguindo esta mesma linha, VALVERDE apresentou um outro slide onde mostra que o álcool é mais perigoso que a energia nuclear. Esta informação causou protesto entre muitos daqueles que ouvimos.”

2º parágrafo:

Onde se lê : “O mesmo profissional a serviço da CNEN ainda levantou a tese estapafúrdia de que existe a possibilidade de ‘que uma baixa dose de radiação (condicionante) possa “defender” a célula contra uma outra dose maior (desafiadora)’. Isto é, radiação em baixas doses podem servir como antídoto a doses maiores! Do ponto de vista científico, o que NELSON VALVERDE afirmou na Câmara dos Deputados é apenas uma



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

inverdade; mas, do ponto de vista da história, da medicina e da segurança, ele está, no mínimo, agredindo a inteligência e a dignidade humana.

O GT deixa registrado este depoimento como exemplo do esforço dos responsáveis pelo setor nuclear em justificar a pouca importância dada à segurança da população de um modo geral, e, em especial, do trabalhador exposto à radiação ionizante. A intenção evidente é mostrar que a atividade não traz riscos. Ou, traz poucos riscos. Apela-se, infelizmente, para a cumplicidade da medicina e da ciência para justificar a inação no setor.”

Substitua-se por : “O mesmo profissional ainda levantou a tese de que existe a possibilidade de 'que uma baixa dose de radiação (condicionante) possa “defender” a célula contra uma outra dose maior (desafiadora)'. Isto é, radiação em baixas doses podem servir como antídoto a doses maiores! Esta afirmação, segundo o mesmo, se refere a trabalhos desenvolvidos com células isoladas em laboratórios e expostas a baixas doses, não conseguimos encontrar, porém, quem sustentasse esta tese.

A preocupação do GT é que informações como estas, possam ser usadas para justificar a pouca importância dada aos aspectos de segurança e saúde da população, em especial do trabalhador exposto à radiação ionizante, como vem ocorrendo.”

Pag. 169

Onde se lê: “CRIAÇÃO DO ÓRGÃO REGULADOR AUTÔNOMO E INDEPENDENTE NA ÁREA DE SALVAGUARDAS, RADIOPROTEÇÃO E SEGURANÇA NUCLEAR”

Leia-se: “CRIA O INSTITUTO NACIONAL DE RADIOPROTEÇÃO E SEGURANÇA NUCLEAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

***Observação:** Em decorrência da alteração acima proposta, os termos “Comissão Nacional de Radioproteção e Segurança Nuclear” ou apenas “Comissão” constantes nas páginas seguintes, da página 170 à 177, foram substituídos pelos termos “Instituto Nacional de Radioproteção e Segurança Nuclear” ou apenas “Instituto”.

Brasília, 21 de março de 2006.

Deputado EDSON DUARTE (PV/BA)
Relator